

Bresser Pereira espera um longo processo de negociação com bancos

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

A negociação do Brasil com os bancos credores será longa. A expectativa é do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que participou da 42ª Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington, e retornou ontem ao País.

"Amanhã (hoje) os banqueiros se encontram com o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milhet, e com nossos assessores, mas é claro que a proposta brasileira de negociação será rejeitada. Os bancos discutirão a proposta durante meses. Até o momento não se discutiu a questão do "spread" (taxa de risco). A negociação ainda está concentrada no refinanciamento dos US\$ 10,4 bilhões. Os bancos argumentam que se o Brasil tivesse feito um acordo com o FMI, a quantia a ser refinanciada seria menor", conta o ministro.

Bresser Pereira já garantiu aos banqueiros, contudo, "que o acordo que o Brasil vier a fazer com o FMI — após o acordo com os bancos — será utilizado para incrementar as reservas do País".

O ministro da Fazenda — que fez um apanhado geral da reunião do FMI à imprensa — assegurou que pretende continuar negociando ao longo de outubro. Segundo ele, "havendo negociação em boa fé, se as autoridades americanas perceberem que as duas partes — Brasil e bancos credores — estão negociando em boa fé, certamente elas não reclassificarão a dívida brasileira no final deste mês".

MORATÓRIA

"A moratória", diz o ministro, "continua, é lógico. Ela só será suspensa quando o Brasil firmar um acordo com os bancos."

O ministro da Fazenda não acredita que a Constituinte em andamento possa ser um entrave às negociações com os bancos credores. "Já temos os parâmetros básicos da Constituinte e sabemos que ela não vai impor dificuldades à negociação."

Bresser Pereira lamentou, contudo, que "para os credores qualquer motivo é motivo para tornar mais morosa a negociação, dando tempo para que os credores se acertem entre si".

Os bancos, revelou o ministro, estão confusos. Alguns estão irritados porque o Brasil está em moratória. Outros dizem que vão esperar a Constituinte, outros, ainda, apóiam a proposta brasileira de negociação, inclusive a de conversão de parte da dívida em títulos, enquanto alguns rejeitam de pronto a idéia.

Bresser Pereira informou que conversou com diversos presidentes de bancos centrais durante a reunião do FMI e Banco Mundial. "Eles estão vendo que queremos negociar de fato e que pretendemos fazer um acordo mais avançado em relação às propostas negociadas com Argentina e México."

Otimista, mas cauteloso, Bresser Pereira convive com a idéia de uma negociação lenta e prolongada com os bancos. Ele acredita, contudo, que o governo brasileiro chegará a um bom termo com os credores privados. "Vai demorar, mas chegaremos a um acordo. Isto não significa, porém, que nossa proposta será integralmente aceita. Está implícito numa negociação que as partes que dela participam estão dispostas a fazer concessões mútuas. Caso contrário, ninguém sai de casa para sentar à uma mesa de negociação."

DEVEDORES

O ministro da Fazenda descartou a idéia de se formar um cartel de países devedores. Ele afirmou que o Brasil está tocando sua negociação e que o Grupo dos 3 (Brasil, México e Argentina), além de uma primeira reunião formal na semana passada, encontrou-se na terça-feira à noite — ainda durante a



Luiz Carlos Bresser Pereira

reunião do FMI — para fazer uma avaliação sobre os temas discutidos.

Essa avaliação, de acordo com o ministro, destacou o reconhecimento dos credores e também dos organismos internacionais de que o problema da dívida dos países do Terceiro Mundo não poderá ser resolvido apenas com ajustes e financiamentos adicionais, mas que é preciso encontrar novas soluções.

Bresser Pereira lembrou que a questão "dívida" está entrando em sua terceira etapa, a de reconhecimento internacional de que ela precisa ser reduzida.

A primeira fase dessa questão compreendeu o período de 1983 e 1984 e foi classificada como a fase da austeridade, que no Brasil poderia ser chamada de recessão. A segunda etapa aconteceu em 1985 com o Plano Baker visando a ajustes com crescimento das diversas economias. "Nesta última reunião do FMI a questão dívida entrou na terceira fase, de transformação dos juros para taxa fixa, com prazos mais longos e securitização, que é a proposta defendida pelo Brasil."

"NÃO PODEMOS PAGAR"

"Não adianta cobrar uma dívida que nós não podemos pagar", argumenta o ministro. Houve nesta reunião do FMI o reconhecimento dos credores de que a dívida precisa ser reduzida e existem dois instrumentos para isso: a conversão em capital de risco e a securitização (transformação em títulos), com juros fixos. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, reconheceu isso tudo e disse ainda que os bancos privados "deveriam exigir menos uma vinculação de acordos com o FMI. Os bancos, segundo Baker, deveriam desvincular o desembolso de recursos de desembolsos feitos pelo FMI".

No entender de Bresser Pereira, essa mudança no tratamento da dívida aconteceu no último ano e reflete a consciência internacional de que a crise se agravava. "De início", explica Bresser, "a dívida dos países revelou um desconto e isso nada mais é do que o reconhecimento de que os países devedores não têm condições de pagar. As dívidas, portanto, não têm o preço real e têm seu valor desagiado, ou com desconto. Um segundo indício de agravamento na situação foi a desvalorização das ações dos bancos credores nas principais Bolsas de Valores."

O ministro da Fazenda destacou, ainda, que o reforço das reservas nos balanços das instituições americanas reafirmou o clima de apreensão. Bresser Pereira conta que há muito tempo os bancos suíços e alemães fizeram reservas adicionais contra possíveis perdas de créditos soberanos. Os norte-americanos, porém, eram mais resistentes, até que o Citibank — há cerca de quatro meses — decidiu sair na frente ampliar suas reservas.

"A decisão do Citi acabou sendo muito importante, porque a partir daquele momento eu fui muito procurado e pude ter uma visão mais abrangente do que estava ocorrendo com a dívida a nível internacional. O Brasil passou, assim, a ser uma espécie de catalisador das dificuldades de outros países."